

Urgência Urgentíssima

A desvalorização do real não deixou o Brasil e os brasileiros apenas mais pobres. A medida impõe nova realidade e exige esforço redobrado dos setores da economia e da vida pública para promover urgente reestruturação do arcabouço institucional, político e empresarial.

A queda do real diante do dólar, que também vinha caindo em relação ao euro, provoca mudança radical na estrutura de custos das empresas e da economia brasileira. O aumento, em real, da remuneração dos dólares recebidos nas exportações pode favorecer os setores cuja produção não depende de insumos importados.

É o caso de produtos agrícolas como café, soja e suco de laranja, além de minério de ferro e outros produtos minerais. Mesmo assim, é preciso considerar que alguns insumos, como combustíveis e sofisticadas máquinas e equipamentos importados, também terão seus custos elevados pela alteração cambial.

O grau de abertura comercial – maior que nas duas máximas de 30% de 1979 e de 1983, ou nas mídias do governo Collor – não circunscreve os impactos da mudança cambial de modo simplista como no passado: exportadores ganham e importadores perdem.

A inserção internacional do Brasil distribuiu efeitos positivos e negativos ao longo da cadeia produtiva. Poderão ter surpresas os segmentos do empresariado e os metalúrgicos que defendiam a desvalorização do real como forma de livrar o país da armadilha dos juros altos. A diluição do ganho cambial será maior que na época da economia fechada e das reser-

vas de mercado. Apesar da recessão e da elevada ociosidade na indústria que contribuem para esfriar o impacto inflacionário da mudança do câmbio, pode-se esperar perda do poder de compra dos salários, sem o benefício imaginado da criação de empregos.

A insegurança dos agentes econômicos e da sociedade se tornou brutal, depois da mudança do vetor cambial. O BNDES percebeu o tamanho do desafio. A prioridade do novo presidente, José Pio Borges, um dos executivos do programa de privatização nos últimos anos, será exatamente oferecer a colaboração possível para que as empresas brasileiras se reestruturem, preparando-se para o novo desafio da escala.

Pio Borges recomenda fusão e incorporação entre empresas de diversas áreas onde a concorrência contribui para prejudicá-las. O momento é de somar esforços e reduzir custos. Setores como petroquímica, siderurgia, papel e celulose, mineração e não-ferrosos, favorecidos no passado com financiamentos subsidiados pelo Tesouro, precisam dar agora a sua contribuição ao país, constituindo grupos fortes para competir em escala global.

O governo precisará de muita habilidade política e paciência para recuperar a credibilidade internacional do Brasil. O governo e os partidos políticos no Congresso têm obrigação de acelerar os estudos e as providências para sintonizar, com sentido de urgência urgentíssima, o arcabouço do Estado brasileiro às exigências da nova ordem ditada pela globalização – fenômeno irreversível que ditará as atividades econômicas e a vida no século 21.